

Construindo os “anjos da casa”: trabalho fabril feminino e casamento entre as décadas de 40 e 60*

Maria Lúcia Büher Machado**

Introdução

A Indústria Senegaglia iniciou seu funcionamento no ano de 1903, ainda como oficina de funilaria, e, gradativamente, foi se firmando como importante indústria do ramo da metalurgia, chegando a ser uma das principais fornecedoras de placas de veículos para o Estado do Paraná, principalmente entre as décadas de 30 e 60. Seu funcionamento estende-se até 1976, ano em que o empreendimento é vendido para um outro grupo empresarial da região.

A administração esteve sustentada, em todo o período investigado, no sistema paternalista, onde o patrão era reconhecido pelos(as) trabalhadores(as) como o grande pai gerador de empregos, e as relações de trabalho estavam pautadas, aparentemente, muito mais por laços de fidelidade do que por embates reivindicatórios (Perrot, p. 61-62). Essa configuração tinha como elemento determinante o sistema de contratação de familiares dos/as trabalhadores(as), reunindo, no mesmo espaço fabril, pai, filhos(as), tios(as), irmãos(ãs), que viam no salário recebido a garantia de sobrevivência para toda a família.

A inserção de trabalhadoras na Indústria Senegaglia ocorreu no ano de 1939, sendo admitidas para trabalhar, exclusivamente, na seção que produzia tampinhas de garrafa, ou melhor, chapinhas, como o produto era denominado naquele período. Essa atividade foi realizada pelas trabalhadoras desde 1939 até 1976, o que acabou por caracterizar o setor como exclusivamente feminino.

Juntamente com o trabalho na seção de chapinhas, uma outra atividade também se constituiu como feminina: embalar bandejas, latas de mantimento, banheiras de criança, enfim, grande parte da produção da fábrica passava pelas mãos das trabalhadoras na seção de embalagens.

Desse modo, embora as trabalhadoras tenham sido gradativamente inseridas em outras atividades, como a produção das placas menores de veículos, a pintura das latas de mantimento, o enlatamento de soda e a soldagem de peças pequenas, as seções de chapinhas e embalagens acabaram se configurando como espaços potencialmente feminizados. Essa organização iria refletir-se nas questões inerentes à divisão sexual do trabalho e nas assimetrias de poder no espaço fabril, onde funções consideradas masculinas, como a operação das prensas mais pesadas ou a galvanização de baldes, acabavam tendo uma maior remuneração e valorização.¹

* Este artigo traz algumas das nossas reflexões desenvolvidas originalmente na Dissertação de Mestrado intitulada **O Cotidiano do Trabalho na Indústria Senegaglia (1936-1976): Hierarquias, (In) Disciplinas e Relações de Gênero em uma Fábrica Paternalista**, defendida em 2003, no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (PPGTE) do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (Cefet-PR), sob a orientação do Professor Doutor Gilson Leandro Queluz. Embora a pesquisa abarque um período mais amplo, o recorte feito para este texto limita a análise às décadas de 40 e 60. Agradeço ainda a Professora Doutora Ana Paula Vosne Martins pelas valiosas orientações feitas especialmente para a temática aqui abordada.

** Graduada em História pela UFPR, Mestre em Tecnologia pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia do Cefet-PR. Integrante do Grupo de Estudos em Relações de Gênero e Tecnologia do referido programa (www.ppgte.cefetpr/genero). Endereço eletrônico: lubuher@ig.com.br

¹ Ainda que as questões referentes à normatização do casamento para o gênero feminino sejam entrecruzadas pelas discussões da divisão técnica na organização do trabalho fabril, tendo em vista que esse não é o nosso principal objeto de análise neste

Uma outra característica referente às trabalhadoras da Indústria Senegaglia foi o grande número de meninas admitidas quando ainda eram menores. Entre os 147 registros localizados, 107 foram contratadas com idade inferior a 18 anos².

Desse modo, o trabalho na Indústria Senegaglia acabou por se configurar, para muitas das nossas entrevistadas, como a única experiência de trabalho fora do espaço doméstico, tendo em vista que, após o casamento, não podiam permanecer na fábrica, tanto por determinação dos proprietários do empreendimento quanto pelas exigências e normas impostas pela sociedade entre as décadas de 40 e 60.

Construindo os “anjos da casa” — o retorno ao trabalho doméstico

“Artigos devem falar sobre algo. O meu, pelo que lembro, era sobre o romance de um homem famoso. E enquanto eu estava escrevendo essa resenha, descobri que se fosse resenhar livros precisaria travar batalha com um certo fantasma. E o fantasma era uma mulher, e quando vim a conhecê-la melhor eu comecei a chamá-la como a heroína de um famoso poema, *The Angel in the House* (O Anjo da Casa). Era ela que costumava aparecer entre mim e o papel quando eu estava escrevendo. (...) Ela era intensamente compassiva. Era imensamente encantadora. Era profundamente abnegada. Ela dominava todas as difíceis artes da vida familiar. Sacrificava-se diariamente. (...) ela era tão condescendente que nunca tinha uma idéia ou desejo próprio — em vez disso preferia concordar sempre com a idéia e desejos dos outros. Acima de tudo — nem preciso dizer — era pura. A pureza era considerada a sua maior beleza — o rubor de suas faces, sua graça maior. (...) Fiz o possível para matá-la. Minha alegação, se fosse levada a julgamento, seria a de que agi em legítima defesa. Se eu não a tivesse matado, ela teria me matado. Ela teria arrancado o coração do meu texto.”³

Woolf, 1997

As discussões relativas ao casamento como uma forma de preservar a ordem social através da “boa formação” das famílias brasileiras acentuaram-se nas primeiras décadas do século XX, acompanhando as transformações inerentes aos projetos de modernização e urbanização do período, como também o aumento do número de mulheres que passaram a trabalhar fora.

Para avaliarmos como essas concepções eram assimiladas pelas trabalhadoras, é necessário mensurarmos o modo como essas idéias foram construídas e legitimadas pela sociedade, quando questões acerca de gênero, trabalho e moralidade estavam totalmente interligadas. Esses olhares diferenciados eram reforçados pelo discurso de médicos e higienistas do início do século XX no Brasil, conforme enfatiza Rago (1997, p. 588):

artigo, não aprofundaremos a questão. No entanto, há uma vasta e rica bibliografia sobre o assunto, da qual indicamos: Souza-Lobo (1991).

² Essa particularidade não estava restrita somente às trabalhadoras, sendo grande o número de meninos menores de 18 anos contratados pela Indústria Senegaglia. Esse fato não era uma característica específica do espaço fabril que investigamos, tendo em vista que, no Brasil, as justificativas para a exploração do trabalho de menores de idade acompanharam o processo de industrialização, concomitantemente à idéia de disciplinarização para a sociedade do trabalho.

³ Fragmento do discurso proferido pela escritora na National Society for Women's Service, em 21 de janeiro de 1931, para uma platéia formada por mulheres trabalhadoras.

“Com a crescente incorporação das mulheres ao mercado de trabalho e à esfera pública em geral, o trabalho feminino fora do lar passou a ser amplamente discutido, ao lado de temas relacionados à sexualidade: adultério, virgindade, casamento e prostituição. (...) Para muitos médicos e higienistas, o trabalho feminino fora do lar levaria à desagregação da família. (...) As trabalhadoras pobres eram consideradas profundamente ignorantes, irresponsáveis e incapazes, tidas como mais irracionais que as mulheres das camadas médias e altas, as quais, por sua vez, eram consideradas menos racionais que os homens. (...) Desde a famosa ‘costureirinha’, a operária, a lavadeira, a doceira, a empregada doméstica, até a florista e a artista, as várias profissões femininas eram estigmatizadas e associadas a imagens de perdição moral, de degradação e de prostituição”.

A autora aponta, ainda, como até mesmo as mulheres envolvidas em lutas pelas causas feministas acabavam indiretamente reproduzindo esse discurso, pois tinham uma visão por vezes depreciativa da operária no Brasil, como era o caso das feministas liberais.

As discussões referentes ao trabalho da mulher casada fora do espaço doméstico estavam presentes na Europa, no início do século XIX, sendo objeto de análise nos estudos realizados por Engels e Marx sobre as condições da classe trabalhadora.

A crítica de Engels sobre o tema é veemente. Embora denuncie as precárias condições às quais crianças e mulheres eram submetidas nas fábricas, ele demonstra, ao mesmo tempo, a preocupação com as transformações provocadas pela modernização industrial, no que se refere à contratação de uma mão-de-obra mais barata, que acabava por arrancar dos homens adultos a tarefa que lhes cabia: o trabalho. Esse processo, em sua análise, gerou uma completa inversão de valores, condenando os homens aos trabalhos domésticos (Engels, 1975, p. 190): “Em muitos casos a família não fica totalmente desagregada com o trabalho da mulher, mas fica tudo de pernas para o ar. É a mulher que alimenta a família, é o homem que fica em casa, guarda as crianças, limpa os quartos e prepara a comida”.

Após citar uma extensa carta que narra a situação de um operário que havia assumido as tarefas da casa enquanto a mulher trabalhava na fábrica, Engels (1975, p. 192) manifesta sua indignação: “Pode-se imaginar uma situação mais absurda e insensata? (...) Esta situação degrada da maneira mais escandalosa os dois sexos e o que há de humano entre eles”.

Nessa perspectiva, ele concluiu que, assim como anteriormente o homem dominava a mulher, baseado na garantia que ele oferecia à sobrevivência da família, a situação inversa, onde a mulher tem esse poder, demonstra que o elo familiar está baseado na comunidade de bens. Essas afirmativas sugerem, em nossa análise, um olhar mais específico sobre o poder que o autor confere à mulher frente ao marido desempregado, pois, embora houvesse uma alteração nas atividades desenvolvidas entre homens e mulheres, a autoridade masculina continuava vigente, especialmente no que se considerava como adequado ao comportamento feminino.

Um outro ponto diretamente atingido nessa configuração seria o papel de mãe, que ficava relegado a segundo plano, trazendo sérias conseqüências desmoralizantes para os pais e para as crianças:

“Uma mãe que não tem tempo de se ocupar do seu filho, de lhe dedicar durante os primeiros meses os cuidados e a ternura normais, uma mãe que mal tem tempo de ver o filho, que não pode ser uma mãe para ele, torna-se fatalmente indiferente. (...) As crianças que crescem nessas condições, mais tarde estão completamente perdidas para a família, incapazes de se sentir em casa no próprio lar que fundam, porque apenas conhecem uma existência isolada; contribuem necessariamente para a destruição da família, de resto generalizada entre os operários” (Engels, 1975, p. 190).

Além de o trabalho da mulher fora dos limites do lar desmoralizar o marido, que se via obrigado a executar os trabalhos domésticos, ele também desmoralizava os filhos, que, sem a educação materna, ficavam expostos a todos os perigos que a sociedade poderia oferecer. Porém as implicações morais que afetavam o trabalho fabril feminino também atingiam diretamente a trabalhadora, a partir do cotidiano vivido no interior da fábrica:

“A reunião de pessoas dos dois sexos e de todas as idades na mesma oficina, a inevitável promiscuidade que daí resulta, o amontoamento num espaço reduzido de pessoas que não tivessem

nem formação intelectual nem formação moral, não são o gênero de factos com efeito favorável no desenvolvimento do caráter feminino” (Engels, 1975, p. 194).

Embasado nos inquéritos de fábrica realizados no século XIX, Marx (1975, p. 532) também retoma a discussão sobre o abandono do lar pela mulher, especialmente do seu papel de mãe, além de demonstrar como a moralidade variava de acordo com o local em que as trabalhadoras atuavam e com as condições oferecidas em cada função. Essas questões aparecem em alguns relatos utilizados na obra **O Capital**, da qual citamos a passagem que se refere ao trabalho das moças em olarias:

“O mais grave mal de empregar meninas nessa espécie de trabalho decorre de elas em regra se integrarem, desde a infância para o resto da vida, na mais abjeta corja. Elas se tornam garotos grosseiros, desbocados, antes de a natureza lhes ensinar que são mulheres. Cobertas com alguns trapos imundos, as pernas desnudas até bem acima do joelho, os cabelos e o rosto sujos de lama, aprendem a desprezar todos os sentimentos de decência e pudor. Durante o tempo das refeições, ficam deitadas no campo ou olham os garotos que se banham no canal próximo. Concluído seu pesado trabalho quotidiano, vestem melhor roupa e fazem companhia aos homens nas tabernas”.

Embora sejam necessários cuidados para que não seja feita uma leitura anacrônica dessas críticas, não deixa de ser relevante o fato de esses temas estarem presentes em obras de suma importância sobre as condições dos(as) trabalhadores(as) no século XIX, o que indica o peso das questões morais sobre a mulher desde os primeiros momentos em que elas foram inseridas no trabalho fabril, questão que também pode ser analisada no âmbito das permanências constituídas acerca das representações de gênero na sociedade.⁴

A importância dada às questões morais e sua relação com o trabalho fabril feminino pode ser uma das explicações para a norma vigente na Indústria Senegaglia, que atingia todas as trabalhadoras, independentemente da função que estas ocupavam: após o casamento, a operária não poderia permanecer na fábrica.

Nas justificativas apresentadas pelos/as narradores(as)⁵, são utilizados, freqüentemente, termos como hábito e costume. Um dos exemplos é o depoimento de Roberto (2002), neto do fundador da fábrica, um dos administradores no final da década de 60:

“Trabalhavam até a época de casar; quando elas casavam, geralmente elas sabiam quando elas entravam na empresa que, na época que casassem, a gente... já não ficava com funcionária mais. Nunca teve problema porque as pessoas já sabiam, não era só na nossa, mas na maioria das empresas era assim que era usado, né”.

Quando questionamos sobre as diferenças na qualidade do trabalho ou sobre os problemas que a presença de mulheres casadas poderia trazer à fábrica, nenhum argumento é utilizado, e a única justificativa apresentada é que a sociedade funcionava daquela maneira. Para essa norma, havia uma única exceção, Leila (2002), neta do fundador da fábrica e filha de um dos herdeiros. Ela trabalhava no escritório da Indústria:

“Só eu que fiquei casada, porque eu trabalhava no escritório e era filha né, mas, senão, dentro da fábrica mesmo não tinha nenhuma mulher casada! (...) Decerto achavam que casada tinha que, aquele tempo mulher ficava em casa, não trabalhava mesmo, era normal”.

⁴ Referimo-nos especialmente a Engels e Marx pela abordagem dos mesmos sobre o trabalho na sociedade capitalista; no entanto, os discursos acerca da moralidade feminina não estavam restritos a esse campo, mas atravessavam todas as esferas da sociedade, desde as concepções médicas, literárias, religiosas ou educacionais. Pena (1981, p. 54-68) faz uma pertinente análise sobre a questão do capital, da propriedade e do trabalho feminino a partir da ótica marxista.

⁵ Referimo-nos aos entrevistados(as) como narradores(as), embasados no texto de Walter Benjamin (1983, p. 57), onde este discorre sobre o modo como a arte de narrar perde força frente às transformações do mundo moderno: “Torna-se cada vez mais raro o encontro com pessoas que sabem narrar alguma coisa direito. É cada vez mais freqüente espalhar-se em volta o embaraço quando se anuncia o desejo de ouvir uma história. É como se a faculdade, que nos parecia inalienável, a mais garantida entre as coisas seguras, nos fosse retirada. Ou seja: a de trocar experiências”. A opção pela utilização de fontes orais presenteia-nos com essa possibilidade: o exercício do aprendizado em saber ouvir sobre as experiências vividas. A utilização do termo “narradores” está presente em algumas pesquisas que envolvem as questões da memória, dentre elas está a de Ecléa Bosi (1994).

A classe social à qual pertencia, o local em que trabalhava e a condição de pertencer à família proprietária acabavam funcionando como atestado de boa conduta, ou seja, a normatização referente à esfera do trabalho era mais condescendente para a sua categoria de mulher e para o tipo de atividade que desempenhava, fato que pode ser reforçado ao considerarmos que ela já havia desenvolvido a mesma tarefa quando solteira, e foi seu pai quem insistiu para que ela retomasse o trabalho após o casamento. Porém a condição de Leila situa-se no campo das exceções, a realidade da maioria das trabalhadoras da Indústria Senegaglia era bem diferente.

No Brasil, segundo Besse (1999, p. 145), desde a primeira década do século XX, fatores como o crescimento econômico, a modernização e as dificuldades financeiras enfrentadas pela crescente classe média urbana colaboraram para que mulheres das classes média e alta fossem incorporadas ao mercado de trabalho, passando a desempenhar funções nas áreas de escritório, comércio ou serviço social; ao mesmo tempo, o número de vagas na indústria para trabalhadoras aumentava. No entanto, a preocupação com a moralidade feminina e sua aptidão natural para o espaço doméstico e para a maternidade também acompanhava todo esse processo:

“Porém, se necessidade inevitável para as próprias mulheres, para suas famílias e para a economia urbano-industrial em rápida expansão, o emprego feminino constituía graves problemas para a sociedade global. O ingresso das mulheres da classe média na força de trabalho ameaçava o modelo de família burguesa, a qual exigia uma divisão sexual do trabalho. E a presença continuada das mulheres pobres na força de trabalho — especialmente em cargos que as afastavam fisicamente da esfera doméstica — tornava-se mais problemática. Numa era de crescimento industrial, os empregadores e o Estado preocupavam-se com a saúde física e a socialização ‘apropriada’ de crianças (futuros trabalhadores) cujas mães passavam o dia na fábrica. (...) Os conservadores deploravam a necessidade de as mulheres de todas as classes ingressarem na força de trabalho, prevendo que isso iria corrompê-las, desestabilizar suas famílias, pôr em risco sua saúde e a saúde de seus filhos e solapar a estabilidade social e a ordem política”.

A autora aponta, ainda, o modo como, paralelamente aos discursos voltados para a defesa da permanência da mulher casada no espaço doméstico, havia um outro destinado às jovens que ainda não haviam se decidido pelo casamento, onde essa instituição deveria ser vista como a verdadeira emancipação feminina, oportunidade de a mulher cumprir com o seu dever de construir uma família estável. Essas idéias foram difundidas principalmente a partir da década de 30; à medida que o número de mulheres que ocupavam postos de trabalho era ampliado, uma rede formada pela Igreja, pelo Estado e pelas autoridades médicas reforçava a necessidade do casamento:

“O Estado não só apresentava incentivos materiais para estimular casais a se casarem e a ter filhos, mas também empregava técnicas mais coercitivas para fazer cumprir as normas modernas. Entre estas, a aprovação de leis ‘protetoras’, que limitavam a participação das mulheres na força de trabalho, a utilização de sanções penais antigas e novas para punir infratores graves e o desenvolvimento de um corpo de assistentes sociais encarregados de monitorar o comportamento das famílias pobres. A Igreja, com o apoio do Estado, desenvolvia ampla rede de organizações leigas que penetravam todos os aspectos e classes da sociedade urbana, com o propósito de difundir sua doutrina social conservadora. Os psiquiatras definiam os limites da ‘normalidade’ e contribuíam para que esses limites fossem observados mediante a instalação de asilos em que os dissidentes eram segregados da sociedade (...). Em suma, as relações íntimas entre homens e mulheres tornaram-se objeto de vigilância e controle público cada vez maiores, tendência que acompanhava e complementava as tentativas crescentes do Estado de passar a se envolver em todos os aspectos da vida social. (...) Justificando o papel que assumiam, sustentavam eles que ‘o casamento é uma instituição eminentemente social. Interessa mais à coletividade do que ao próprio indivíduo’” (Besse, 1999, p. 64).

Nas décadas de 50 e 60, embora tenham ocorrido alguns avanços quanto ao papel da mulher na sociedade, tais fatos não se configurariam, necessariamente, como a constituição de igualdade de oportunidades entre os

gêneros feminino e masculino. Em pesquisa acerca das estudantes universitárias em Curitiba, Martins (2002, p. 110) indica como o ideário feminino das décadas anteriores ainda estava presente:

“Durante as décadas de 50 e 60, apesar do aumento significativo das mulheres nas universidades e no mercado de trabalho, o modelo da mulher do lar não havia sido questionado. Romances, fotonovelas, cinemas, revistas, escolas reproduziam um ideal de mulher completamente dependente do binômio marido-filhos. O conhecimento era necessário, bem como uma profissão, pois caso a mulher ficasse solteira não precisaria depender dos seus parentes, porém não era o momento de quebrar o tabu do trabalho para a mulher depois do casamento”.

Enquanto as universitárias tinham ao menos o acesso a uma formação profissional, o que teoricamente poderia trazer uma maior segurança caso estas decidissem enfrentar as normas estabelecidas, as trabalhadoras da Indústria Senegaglia não contavam com essa possibilidade, o que poderia reforçar ainda mais a sensação de dependência do casamento para garantir uma vida mais estável.

Contudo, apesar da força do discurso legitimador do retorno das mulheres ao espaço doméstico após o casamento, a decisão pelo afastamento da fábrica era marcada pelo conflito frente à imposição de uma norma que não deixava alternativa. Quem relata a experiência vivida nesse momento é Carolina (2002), que trabalhou por 13 anos naquele empreendimento:

“Foi muito terrível, eu não sabia como sair! Eu não sabia como dizer que ia sair, porque a gente pensava: ‘Puxa, as moças tudo casam, eu também vou casar, né! Mas e eu sair?’ Você tantos anos dentro de uma firma e dizer que você simplesmente vai sair só pra casar e ficar em casa?! Foi muito difícil, mas eu tive que enfrentá, né! Daí eu saí, acho que até eu saí um mês antes, porque eu saí em setembro e casei em outubro. (...) Daí eu preferi saí, eu digo, todas as moças tão casando, (...) eu também vou saí, né! Era o que a moça pensa, não, ela saiu, a outra também saiu, eu também vou sair, né”.

As interferências para que as trabalhadoras seguissem o percurso considerado como óbvio para as mulheres daquela época vinham de todas as esferas sociais. Claudia (2002), subiu ao altar na década de 60 com o respaldo do discurso médico, que via no casamento a cura para os seus problemas de saúde:

“Quando eu saí pra casá, eu vim chorando, meu Deus do céu! Eu casei muito nova! (...) Eu queria tá lá até hoje, de bengalinha, mas queria tá trabalhando! (...) Eu não estudei bastante, eu nunca fiz trabalho manual, então, meu Deus do céu, eu era totalmente inexperiente! (...) Depois fiquei moça, casei com 18 anos, nem sabia nada! As mãe não ensinavam. Corri casá, né, porque desde 16 anos, menstruei com 16 anos, eu casei com 19, eu quase morria de cólica, e tudo que é médico que a mamãe levava, coitada, na ignorância dela, eles diziam que, depois que eu casasse, eu sarava! Então como eu já era noiva e o meu marido queria casá, casá, correndo, daí eu casei! Então o casamento, pra mim, foi uma [pausa], me podou! Me tirou, acabou pra mim! Eu sempre digo, que faz 40 anos que eu sou casada e vivi 19 anos no céu! Porque eu tive uma infância muito pobre, mas muito feliz! E daí, depois a fábrica, foi maravilhoso os quatro anos, e o casamento foi um desastre! Porque foi uma poda, não sarei da cólica, casei muito inexperiente, sofri muito (...). E daí eu fico pensando por que eu saí da fábrica?! O que sobrou de muito maravilhoso foram meus filhos e meus netos”.

Ambas as narradoras, além de revelarem em suas falas os variados tipos de pressão que as moças sofriam para que se decidissem pelo casamento, também apontaram como esse momento não era vivido de forma inquestionável, trazendo à tona a forma como as normatizações sociais submetiam as mulheres. Nenhuma das narradoras mencionou que aguardava ansiosamente pelo casamento ou que estava esperando há muito tempo para que ele ocorresse, porém o que se destaca é o sofrimento gerado pela determinação de ter que deixar o trabalho para poder assumir um outro papel na sociedade.

Apesar de Roberto ter deixado claro que não se admitiam mulheres casadas na fábrica, algumas trabalhadoras confirmam que tinham conhecimento dessa regra, enquanto outras enfatizam que a proibição

era feita pelo marido, e que não havia nenhuma norma da fábrica a esse respeito. Bárbara (2002), trabalhadora da década de 40, comenta:

“Saí pra casá, porque daí não era permitido, né (...) quer dizer, se quisesse trabalhá podia, né; a fábrica não impedia, mas os maridos, não; aquele tempo o homem que tomava conta, a mulher era em casa, né. Vê se marido ia consenti a mulher trabalhá fora! (...) o direito da mulher era em casa! Ficar com a família, cuidar da família”.

Na mesma perspectiva, Rosa, trabalhadora da década de 50, comenta que, apesar da norma vigente na fábrica, o proprietário gostava muito do seu trabalho e a convidou para continuar, porém seu marido afirmou que se estava casando com ela é porque tinha condições de alimentá-la, logo, era desnecessário que ela trabalhasse fora.

O argumento utilizado para explicar a aceitação dessas regras é simples: a sociedade funcionava assim, não podia ser de outra forma. Adriana (2002), irmã de Rosa, saiu da fábrica em 1963 para casar, e explica: “(...) direitos iguais é agora, primeiro não tinha esse negócio!”

A justificativa apresentada por Celso (2002), também é amparada nos costumes da época:

“Casava, tinha que sair, não sei se era lei da firma ou o quê, mas não trabalhava casada, casava e saía (...). Eu acho que na época era diferente, né! Não sei, porque casava tinha que ficar em casa; naquela época, a mulher não trabalhava quase, né, só quando solteira; casada diz que tinha que cuidar da casa. Eu, quando casei, minha mulher não fazia nada, não trabalhava, né, era cuidar da casa e dos filhos”.

A hierarquia estabelecida, onde a determinação sobre espaço público e privado continuava a ser um dos pontos fundamentais na imposição do papel definido para o homem e para a mulher, servia para dar respaldo aos baixos salários pagos às trabalhadoras, como também reforçava o dever do homem como o provedor do lar, responsabilidade que somente poderia ser cumprida caso ele estivesse produzindo. Conforme analisa Besse (1999, p. 147), essa configuração servia como um modo de disciplinarização necessária à manutenção do sistema capitalista:

“Considerações políticas, sociais e culturais exigiam que o emprego feminino não possibilitasse às mulheres deixar de lado seus papéis familiares nem destruíssem os estereótipos que vinculavam a feminilidade à delicadeza, à virtude e ao altruísmo. Era crucial para a estabilidade da família (e, por extensão, a ordem pública) e essencial para os empregadores que buscavam baixar os custos de mão-de-obra que o emprego feminino continuasse a ser ‘complementar’ ao emprego masculino”.

A idéia de que o pagamento da trabalhadora nada mais era do que renda complementar estava muito mais ancorada nessa representação construída do que na realidade de vida desse grupo. As entrevistas elucidaram como, muitas vezes, era essa “renda complementar” que realmente garantia a sobrevivência da família; um dos casos mais elucidativos é protagonizado por Bárbara (2002), que acabou desempenhando o papel que a sociedade atribuía ao homem, ou seja, de provedora, garantindo a permanência da família na casa alugada após a ameaça de despejo:

“O meu pai bebia, sabe, minha mãe tava esperando a filha, e daí precisava pagar aluguel de casa, e meu pai não pagava! [entonação mais baixa] Três meses de aluguel de casa meu pai devia, daí o homem que morava em Curitiba veio, era um sargento, coronel, não sei o quê, era do exército, chegou e disse: ‘Eu dou dois dias pro senhor, se o senhor não pagar eu venho com o Juiz e a polícia e tiro!’ Naquele tempo faziam assim, antigamente era assim, né, tiravam tudo os móveis, punham na rua e vire-se!! Ahaaa, meu Deus! E eu, a mais velha, minha mãe esperando filha, né, filho afinal, aquele tempo a gente nem sabia o que vinha, meu Deus do céu, eu era a única que trabalhava fora. Peguei, fui no Senegaglia, fui lá, falei com o seu Luiz, que era o filho do dono, né, pedi pra ele se ele podia pagá, me dar o dinheiro pra mim pagá e tudo. (...) ‘Mas polaca, mas não dá, não dá, você...’, ‘Pelo amor de Deus, eu trabalho sábado, domingo, eu trabalho prá sua mãe domingo na cozinha, lido com qualquer coisa!’ — porque eles eram gente italiano com muita

visita, sabe — ‘Tá bom, vamos ver amanhã, amanhã nós vemos’. No outro dia, não deixei esfriá, né, porque eu não deixava, fui lá e falei (...). Eles me deram o dinheiro pra pagar os três meses, e eu levei um ano pra pagá! Três mês de aluguel é um ano do meu serviço! Eu recebia por quinzena, assim, o envelope, eu abria, olhava [pausa] nada! Trabalhei um ano sem ver um tostão! (...) Mas que eu acudi minha mãe e meu pai tudo, eles sempre falam: ‘(...) se não fosse você o que seria de nós!’”

A narradora explica que, apesar de o seu pai ter uma profissão, pois era alfaiate, o problema do alcoolismo o afastava do trabalho; além dela, seu irmão mais novo trabalhava em um açougue da cidade, mas não tinha nenhuma remuneração, pois recebia como pagamento somente carne, garantindo, assim, parte da alimentação da família. Ao perguntarmos sobre a sensação que tinha quando abria o envelope de pagamento e não via nada, ela comenta:

“Ahhh, nem fale, que tristeza que dá, que agonia, que coisa dá dentro de você? Hein? (...) E outra, eu trabalhava sábado de tarde, eu ia lá eles tinham mania, os italianos, eles faziam aquelas conserva de pimenta, de tudo, sabe, assim, coisa assim, e eu ia lá ajudá a limpá, ajudá a fazer; domingo, tinha domingo que eu ia trabalhá, lavar a louça prá ela, limpá a cozinha, agradecimento isso era, sabe! Esse não tinha nada a ver com o ordenado, porque me pediam, pois se eles me deram, né, você veja! Um ano! Então, quando eu recebia o envelope ainda o gerente (...) ele diz: ‘E daí, polaca?’ Eu fazia bem assim, sabe [faz sinal com os ombros], porque eu olhava, mas nunca tinha nada ali. Um ano! E, graças a Deus, paguei, você veja! (...) Consegui. Meu Deus, como eu consegui coisa, minha nossa! Aquela foi a pior época da nossa vida, ali!”

A narrativa deixa claro como o sistema capitalista fazia uso da própria situação que criava. A necessidade de sobrevivência fez com que Bárbara trabalhasse um ano sem nenhuma remuneração e ainda sentisse gratidão porque os patrões atenderam ao seu pedido. Seu irmão também não tinha remuneração, mas a possibilidade de garantir uma melhor alimentação fazia com que aceitasse a condição de trabalho. Ao mesmo tempo, a falta de uma moradia própria expunha toda a família a humilhações e ao círculo de submissão necessária para garantir sua sobrevivência.

Uma das entrevistadas, Ana (2002), que teve duas tias trabalhando na fábrica, revela o papel que ambas tinham junto à família. Solteiras e possuidoras de casa própria, era comum, nos momentos em que a dificuldade financeira se acentuava, que parentes se mudassem para a residência das duas trabalhadoras. O salário pago pela Indústria Senegaglia, segundo Ana, era a única fonte de remuneração dessas mulheres trabalhadoras que garantiam, muitas vezes, a sobrevivência de irmãs, cunhados e sobrinhas(os), fosse através da concessão de moradia, de empréstimos de dinheiro ou até mesmo da manutenção total da casa.

Ao mesmo tempo, a maioria das narradoras mencionou que repassavam todo o pagamento recebido na fábrica para os pais em casa; esse era o caso de Rosa:

“Eu chegava em casa com o dinheiro, a mãe sempre usava avental com bolso; eu chegava e punha no bolso dela com envelope e tudo! Eu nem sabia que cor tinha o dinheiro, eu dava todinho pra minha mãe!”

Esses exemplos indicam como o discurso de salário complementar estava muito mais a serviço dos industriais, que assim justificavam a baixa remuneração desse grupo de trabalhadoras, do que na sua característica de complementação de renda.

Entre as 11 trabalhadoras entrevistadas que se casaram, apenas duas delas continuaram trabalhando após o casamento, ambas nos hospitais da cidade. Adriana (2002) trabalhou em um hospital psiquiátrico até sua primeira gravidez:

“Então trabalhei na cozinha. Daí engravidei, daí nasceu o nenê, e não nasceu com saúde (...), daí eu tive que sair porque aquele tempo não tinha creche, não tinha pré, não tinha nada dessas coisas que desse pra deixar uma criança, daí eu saí”.

Enquanto o nascimento do primeiro filho fez com que a trabalhadora parasse definitivamente de trabalhar fora, a dificuldade financeira enfrentada pela família de Carolina no final da década de 60 foi o que impulsionou

o seu retorno ao trabalho sete anos depois do casamento; porém, a narradora enfatiza que isso não foi motivo para deixar de cumprir com as suas “obrigações” como mãe e dona de casa:

“O serviço em casa a mulher sempre faz do mesmo jeito, porque eu fazia, eu nunca deixei de fazer minhas obrigação, nunca deixei! Taí o meu marido que não me deixa menti; ele mesmo, hoje em dia que ele me dá o valor, ele diz que eu nunca deixei uma louça em cima da pia! Eu fazia todo o meu serviço! Quando eu chegava, eu não parava! Ele dizia: ‘Era uma máquina a mulher!’ Eu limpava a casa, lavava a roupa, eu fazia todo o meu serviço”.

O depoimento da narradora deixa claro que, em seu entender, ainda que ela estivesse trabalhando fora de casa, sua obrigação primordial era o trabalho doméstico. O cuidado que tinha em executar essas tarefas com a mesma competência funcionava como uma comprovação de que um campo não interferia no outro. Carvalho (1996, p. 23), em pesquisa realizada durante a década de 90, analisa como a responsabilidade feminina pelo espaço doméstico ainda permanecia como uma das principais preocupações da mulher que trabalhava fora:

“As mulheres que exerceram atividade remunerada no casamento tiveram sempre a preocupação em buscar um trabalho que não fosse em tempo integral ou que lhe permitisse uma certa autonomia no sentido de poder atender às exigências de seu papel de esposa e mãe. Esta preocupação está diretamente ligada à representação que elas e seus maridos tinham sobre o papel da mulher no casamento. É de sua responsabilidade o cuidado com os filhos e com a casa. Mesmo quando elas trabalhavam fora e ganhavam razoavelmente bem, às vezes tanto quanto seus maridos, elas tinham que dar conta também da socialização e do bem-estar dos filhos e do trabalho doméstico”.

Assim como as poucas que trabalhavam fora não se descuidavam do que entendiam como principal papel feminino, as que assumiam o lar como única responsabilidade também valorizavam suas tarefas. Era desse modo que Elizabeth (2002), que deixou a fábrica em 1961, encarava a nova vida após o casamento:

“Olhe, naquela época, como eu sempre digo, naquela época era, era norma, não sei, da mulher casar pra ficar em casa, trabalhando cuidando de marido, do filho, naquele tempo era assim, então não tinha mulher casada lá na fábrica, então a gente casava geralmente pra ficar em casa, então foi o que aconteceu comigo, né. Eu casei e, afinal, que também nunca precisei trabalhar fora, meu marido era construtor e, sempre, a gente tinha um bom nível desde o começo; ele começou com a construção, e fomos trabalhando, e eu ajudando com a economia em casa, porque não trabalhava fora, mas ajudava com a economia, e, então, a gente foi fazendo a vida assim; ele nunca quis que eu trabalhasse fora, então naquele tempo era assim. Hoje em dia já é diferente, hoje em dia a mulher trabalha, né, depois que começou, de um tempo que começou as mulheres trabalhá fora, né. Mas no meu tempo era, quase todas as mulheres, elas se casavam pra cuidá da casa, ou, talvez, a mulher que precisasse ajudar o marido então ajudava assim, vamos dizê, em casa, com uma costura, com trabalho manual, mas não saindo pra trabalhá fora, sabe?!”

Em nosso entendimento, a narradora resume muito bem o modo como as relações de gênero e trabalho eram engendradas após o casamento, assim como as especificidades de pertencimento a determinadas classes sociais interferiam diretamente no comportamento que a mulher teria após o casamento. Elizabeth sentia-se privilegiada por ter tido um bom casamento, que lhe ofereceu estabilidade financeira, o que a desobrigou de se envolver em outras atividades que trouxessem alguma remuneração, ainda que restritas ao espaço doméstico.

A condição econômica da narradora caracteriza-se muito mais como uma exceção à regra, tendo em vista que a maioria das trabalhadoras não encontrou no casamento, necessariamente, um grande amparo econômico. O fato pode ser observado na crítica de Clarice (2002), trabalhadora que se casou no início da década de 50 e foi proibida pelo marido de trabalhar fora, tornando-se, assim, em suas palavras, na “doméstica da casa”: “Sempre em casa. Sempre numa pindura, que diz o outro, né, mas em casa!”

Desse modo, observamos como a inserção das mulheres no trabalho ocorria de um modo controlado, vigiado; a autorização para trabalhar fora era temporária, mecanismo que também servia ao capital, tendo em

vista que o fato de serem solteiras e, muitas vezes, menores de 18 anos de idade era respaldo para que se pagasse um salário ínfimo, o que, ao mesmo tempo, colaborava para que o casamento fosse visto como possibilidade de melhoria de vida.

O reflexo dessa dinâmica foi sentido de um modo muito prático por algumas das 11 narradoras que deixaram de trabalhar para se casar. Elas comentaram sobre o fato de terem trabalhado tantos anos e hoje não terem acesso a nenhum benefício trabalhista como resultado de anos de dedicação na fábrica, ainda que tenham até hoje um único registro na carteira de trabalho, conforme explica Adriana (2002): “Prá mim não adiantou nada, porque não aproveitei, porque depois não continuei, então aquilo morreu, né! Não sou aposentada mesmo, então morreu aquilo (...), então ninguém disse nada pra gente continuá pagando, e eu perdi tudo aquilo, senão eu já tava aposentada, ó!!!”

Entre as 11 trabalhadoras entrevistadas que teriam idade para estarem aposentadas, somente três fazem uso desse benefício, sendo que duas são solteiras. Carolina, a única casada dentre as três, comenta sobre a importância desse direito trabalhista:

“Foi importante que eu trabalhei, porque, se eu não trabalhasse, hoje nem isso não tinha! Então eu bendigo esse dinheiro, é pouco mais me serve. Eu pensei que não ia me valer o tempo do Senegaglia, porque quantos anos parada a carteira, né? Então, daí levei por levar, mais valeu, nossa, não teve dúvida nenhuma!”

Todas essas questões trazem à tona o grau de interferência das normatizações de gênero instauradas na sociedade, no longo prazo. A falta de uma aposentadoria para as trabalhadoras que tiveram, em sua maioria, uma única experiência com o trabalho assalariado legitima ainda mais a dependência econômica que elas têm dos seus maridos; ao mesmo tempo, se essa imposição era praticamente inquestionável entre as décadas de 40 e 60, atualmente essas mesmas mulheres avaliam a repercussão que essa determinação teve em suas vidas, principalmente as que não puderam contar com todo o conforto que o casamento supostamente garantiria.

A autora Susan Besse (1999, p. 180) argumenta que a acentuada inserção da mulher no mercado de trabalho, desde as primeiras décadas do século XX, não resultou, necessariamente, em uma emancipação, pois o trabalho realizado nem sempre era garantia de plena satisfação e independência e acabava por trazer muito mais benefícios à economia brasileira, que podia explorar todo esse grupo pagando baixos salários.

Embora o período em que essas mulheres estiveram na Indústria Senegaglia não fosse desprovido de problemas e exploração, o que questionamos é a imposição de normas para esse grupo e a força de um discurso que, muitas vezes, não pressupunha a possibilidade de que a mulher casasse e continuasse a atuar no espaço público se essa fosse a sua decisão.

Ainda que o pertencimento ao gênero feminino não baste para avaliarmos o grupo de trabalhadoras como homogêneo, podemos afirmar que as normatizações destinadas às mulheres nas diversas esferas da sociedade se entrelaçam com as determinações estabelecidas na Indústria Senegaglia. Nesse aspecto, destacamos o modo como é rememorada a proibição de mulheres casadas trabalharem na fábrica, onde algumas narradoras não têm claro se a norma partia dos proprietários da indústria, ou se era uma exigência do marido, já que essa era a prática comum na sociedade da época.

Em que pese às considerações feitas por Rocha-Coutinho (1994, p. 126-143), que analisa a casa como o espaço onde a mulher exerce o seu poder sobre os demais membros da família, é importante considerarmos como toda essa dinâmica era extremamente apropriada ao sistema capitalista, especificamente no que se refere à organização do trabalho. A responsabilidade atribuída ao marido ou ao pai como provedor da casa servia como respaldo para que a remuneração das trabalhadoras fosse considerada como complementar à renda da casa, logo, justificavam-se os baixos salários, ainda que, em muitos casos, fossem elas as principais responsáveis pela sobrevivência da família.

Ao mesmo tempo, a necessidade da manutenção da casa atribuída aos trabalhadores poderia sustentar a submissão desse grupo a todo tipo de exploração, tendo em vista que garantir a sobrevivência da família era um dos papéis relacionados ao ideal de masculinidade, e o homem que não conseguisse desempenhar essa tarefa satisfatoriamente também acabava sofrendo as pressões sociais. Percebemos, assim, a pertinência da

análise relacional proposta pelos estudos de gênero, onde a construção social definindo papéis masculinos ou femininos incide sobre homens e mulheres (Scott, 1995).

Ficou latente no relato das “ex-trabalhadoras” a forma como elas vivenciam na atualidade o reflexo dessas normatizações às quais foram submetidas entre as décadas de 40 e 60. Quando expulsas do mercado de trabalho devido ao seu estado civil, encontraram-se excluídas de qualquer garantia trabalhista, ainda que algumas delas tenham permanecido por mais de uma década na Indústria Senegaglia.

Por ora, o que lhes resta do tempo em que trabalhavam fora são as memórias de amizades sedimentadas e as dificuldades enfrentadas no cotidiano da mulher operária. Bárbara (2002), uma das narradoras que evidenciou durante a entrevista a característica questionadora que tinha enquanto trabalhadora da fábrica, mas que também acabou por se submeter às regras determinadas pela sociedade da época, nos narra como a memória do tempo da fábrica se manifesta para uma mulher que teve na Indústria Senegaglia a única experiência de trabalho fora do espaço doméstico:

“Sabe, eu sempre quando escutava a sirene [pausa], a sirene assim me dava uma saudades! E até hoje quando eu escuto uma sirene eu me lembro da fábrica. (...) Não era apito, era uma sirene, e eu tenho saudades disso! Aquela época que era bom, nossa!”

Referências

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: **Textos escolhidos**: São Paulo: Abril Cultural, 1983.

BESSE, S. K. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil 1914-1940. São Paulo: EDUSP, 1999.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARVALHO, M. Relações de gênero na família. In: **Revista Tecnologia & Humanismo**: Workshop: O papel da mulher no ensino tecnológico — o Estado da arte no Brasil. Curitiba, n. 17, p. 20-28, dez. 1996.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Porto: Afrontamento, 1975.

MARTINS, A. P. V. **Um lar em terra estranha**: a casa da estudante universitária de Curitiba e o processo de individualização feminina nas décadas de 1950 e 1960. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2002.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro primeiro — O Processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

PENA, M. V. J. **Mulheres e trabalhadoras**: presença feminina na constituição do sistema fabril. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

PERROT, M. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORI, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 578- 606.

ROCHA-COUTINHO, M. L. **Tecendo por trás dos panos**: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SCOTT, J. O gênero como uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**: Gênero e Educação. Porto Alegre, v. 20 , n. 2 , p. 71-99, jul./dez. 1995.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

WOOLF, V. Profissões para mulheres. In: **Woolf, V.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 41-50. (Coleção Leitura).

Entrevistas

ADRIANA. Trabalhou entre 1959 e 1967. Depoimento recolhido em 17 set. 2002.

ROSA. Trabalhou entre 1956 e 1963. Depoimento recolhido em 17 set. 2002.

BÁRBARA. Trabalhou entre 1944 e 1953. Depoimento recolhido em 21 out. 2002.

ELIZABETH. Trabalhou entre 1951 e 1961. Depoimento recolhido em 21 out. 2002 .

CLARICE. Trabalhou entre 1939 e 1940 e 1948/1951. Depoimento recolhido em 23 out. 2002.

CAROLINA. Trabalhou entre 1949 e 1962. Depoimento recolhido em 24 out. 2002.

CELSO. Trabalhou entre 1958 e 1975. Depoimento recolhido em 08 nov. 2002.

LEILA. Neta do fundador da fábrica. Depoimento recolhido em 27 nov. 2002.

CLÁUDIA. Trabalhou entre 1959 e 1963. Depoimento recolhido em 04 dez. 2002.

ROBERTO. Neto do fundador da fábrica. Depoimento recolhido em 07 dez. 2002.

ANA. Trabalhou entre 1967 e 1970. Depoimento recolhido em 09 dez. 2002.